



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 018/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO (art. 33, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021): MENOR PREÇO POR LOTE.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: www.portaldecompraspublicas.com.br.

ENTREGA INTEGRAL POR LOTE, COM MONTAGEM E INSTALAÇÃO QUANDO APLICÁVEL.

EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES PREFERENCIAIS: Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

1. PREÂMBULO:

1.1. A Prefeitura Municipal de Barra Funda/RS, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria Municipal nº 4979/2025, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme descrito no presente edital e anexos, nas seguintes datas e horário:

Data do Certame:	26 DE OUTUBRO DE 2026.
Recebimento das Propostas:	Início: 09h00min do dia 09/10/2026; Fim: 08h59min do dia 26/10/2026;
Início da fase de Disputa de Preços:	09h00min do dia 26/10/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação EXCLUSIVAMENTE pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases. Solicitações ou comunicações durante a sessão pública somente serão aceitas através do chat do Portal de Compras Públicas.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1. A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto Municipal 1.557 de 06 de junho de 2023, alterado pelo Decreto Municipal nº 1.600, de 27 de fevereiro de 2024, pelo Decreto Municipal nº 1.632, de 02 de janeiro de 2025 e pelo Decreto Municipal nº 1.642, de 08 de maio de 2025 e demais legislações aplicáveis, bem como pelas demais condições previstas neste Edital e seus anexos.

2.2. A Pregoeira e a Equipe de Apoio, designadas por meio da Portaria Municipal nº 4979/2025, conduzirão o certame, com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, provedor do sistema eletrônico, observado o art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. De acordo com o disposto no art. 29, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021, o edital de pregão em liça segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021:

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea a do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.”

2.4. A presente licitação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de aquisição de bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

“Art. 28. São modalidades de licitação:

I - Pregão;”

2.5. A presente licitação será processada como Pregão Eletrônico comum, sem utilização do Sistema de Registro de Preços, destinando-se à contratação das quantidades certas e determinadas constantes deste Edital e seus anexos.

2.5.1. Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, o pregão constitui modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, admitidos os critérios de menor preço ou maior desconto.

2.6. As empresas que desejarem participar deste **“PREGÃO ELETRÔNICO”** devem acessar o sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.7. O inteiro teor do Edital e de seus anexos será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e permanecerá disponível, sem exigência de registro ou identificação para acesso, também no sítio eletrônico oficial do Município (<https://www.barrafunda.rs.gov.br>), no Portal de Compras Públicas e no Licitacon/TCE-RS. O extrato do edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios do RS e em jornal diário de grande circulação, na forma do art. 54, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.8. O horário de expediente da sede administrativa da Prefeitura Municipal de Barra Funda, é de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min no turno da manhã e das 13h00min às 17h00min no turno da tarde, exceto feriados, e contatos poderão ser feitos pelo fone (54) 99655-8503, e-mails: administracao@barrafunda.rs.gov.br ou compras@barrafunda.rs.gov.br.

2.8.1. Os pedidos de esclarecimento (informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital) e as impugnações **deverão ser apresentados exclusivamente por meio do Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br, observadas as regras e os prazos estabelecidos neste Edital.**

2.9. Toda a documentação será apensada ao presente processo licitatório e para cada etapa será elaborada uma ata.

2.10. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:
I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

...

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.”

2.11. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados, sucessivamente e na ordem estabelecida, os critérios previstos nos incisos I a IV do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, persistindo o empate, as preferências previstas no §1º do mesmo artigo:

“Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - Disputa final entre os licitantes empatados;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente mediante registros cadastrais de cumprimento de obrigações;

III - desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamentação aplicável; e

IV - Desenvolvimento de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.”

2.12. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Barra Funda/RS, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

2.13. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

2.14. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. O OBJETO:

3.1. Constitui objeto da presente licitação a aquisição de mobiliário sob medida e demais bens permanentes destinados à estruturação e qualificação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Barra Funda/RS, com recursos próprios e oriundos do Convênio FPE nº 3485/2025, Processo nº 25/1300-0004304-9 e PROCAD-SUAS.

3.2. As descrições dos itens e quantidades são os constantes na tabela abaixo, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência – TR elaborados pela Secretaria Requisitante.

LOTE 1. MÓVEIS SOB MEDIDA			VALOR EM R\$*		CÓD. PCA.
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL	
1.	Armário sob medida, com dimensões de 150 cm (largura) x 50 cm (profundidade) x 240 cm (altura), confeccionado	01 UN	3.430,00	3.430,00	787



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

	integralmente em MDF ou MDP, com todas as chapas de 15 mm de espessura, na cor branca, contendo 2 (duas) portas de correr, 4 (quatro) prateleiras internas, apoiado sobre 6 (seis) pés metálicos com 10 cm de altura, na cor/padrão Branca. O móvel deverá ser fornecido montado e instalado no local indicado pela Administração, acompanhado de todos os acessórios necessários para sua perfeita instalação e funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses. As prateleiras deverão possuir sistema de fixação reforçado, com suportes metálicos, adequado para suportar a carga de utilização do móvel, vedada a utilização de suportes plásticos convencionais como único elemento de sustentação.				
2.	Armário sob medida, com dimensões de 270 cm (largura) x 50 cm (profundidade) x 260 cm (altura), confeccionado integralmente em MDF ou MDP, com todas as chapas de 15 mm de espessura, nas cores/padrões Wengue Valência e Galiano, ou equivalentes em tonalidade, textura e padrão visual, desde que preservada a harmonia estética prevista no Memorial Descritivo e nas Pranchas. Composto por 6 (seis) portas de giro com puxadores metálicos, 6 (seis) gavetas inferiores com corredeiras telescópicas e puxadores metálicos, 12 (doze) nichos internos distribuídos em 3 (três) colunas e 4 (quatro) fileiras, formados por prateleiras divisórias. Acabamento com fita de borda em PVC em todas as bordas aparentes. O móvel deverá ser fornecido montado e instalado no local indicado pela Administração, acompanhado de todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses. As prateleiras e divisórias deverão possuir sistema de fixação reforçado, com suportes metálicos, adequado para suportar a carga de utilização do móvel, vedada a utilização de suportes plásticos convencionais como único elemento de sustentação.	01 UN	9.150,00	9.150,00	788
3.	Mesa de reuniões sob medida, com dimensões de 200 cm (comprimento) x 150 cm (largura) x 75 cm (altura), confeccionada integralmente em MDF ou MDP, com todas as chapas de 25 mm de espessura. Tampo na cor/padrão madeirado Galiano ou equivalente e bases na cor/padrão madeirado Wengue Valência ou equivalente. Estrutura composta por 2 (duas) bases tipo painel, posicionadas conforme projeto anexo, com recortes curvos e profundidade de 90 cm cada, interligadas por saia estrutural central medindo 140 cm de comprimento x 25 cm de altura, tampo com cantos arredondados. O móvel deverá ser fornecido montado e instalado no local indicado pela Administração, acompanhado de todos os acessórios necessários para sua perfeita montagem e instalação, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	01 UN	2.740,00	2.740,00	789
4.	Mesa de escritório sob medida, em formato "L", com dimensões externas aproximadas de 290 cm x 160 cm, altura de 75 cm e profundidade dos tampos de 60 cm, confeccionada em MDF ou MDP revestido, nas cores/padrões Galiano e Wengue	01 UN	5.630,00	5.630,00	794



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

	Valência ou equivalentes. O tampo deverá possuir 25 mm de espessura, acabamento padrão Galiano, sendo a estrutura, painéis laterais e demais elementos estruturais no padrão Wengue Valência. A mesa deverá possuir 02 (dois) gaveteiros integrados, sendo um gaveteiro com aproximadamente 90 cm de largura, contendo 08 (oito) gavetas, e outro com aproximadamente 45 cm de largura, contendo 04 (quatro) gavetas, totalizando 12 (doze) gavetas. Todas as gavetas deverão possuir corrediças metálicas telescópicas e puxadores metálicos, proporcionando abertura e fechamento suaves. O móvel deverá ser fornecido montado e instalado no local indicado pela Administração, acompanhado de todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses.				
5.	Armário estante para livros sob medida, com dimensões aproximadas de 92 cm (largura) x 40 cm (profundidade) x 190 cm (altura total), confeccionado em MDF ou MDP revestido, com chapas de 15 mm de espessura, nas cores/padrões Galiano e Wengue Valência ou equivalentes. O móvel deverá ser composto por parte inferior fechada com 02 (duas) portas de giro e parte superior aberta destinada à utilização como estante para livros, conforme configuração apresentada na referência visual. A parte inferior deverá possuir aproximadamente 90 cm de altura, incluindo os pés, e compartimentação interna através de prateleiras. A parte superior deverá possuir aproximadamente 100 cm de altura, contendo 03 (três) vãos abertos, destinados à organização e armazenamento de livros, documentos e objetos. O móvel deverá possuir pés metálicos com aproximadamente 10 cm de altura e puxadores metálicos nas portas. Deverá ser fornecido montado e instalado no local indicado pela Administração, acompanhado de todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	01 UN	2.045,00	2.045,00	795
SUBTOTAL LOTE 1			R\$ 22.995,00		
LOTE 2. APARELHOS E ELETRODOMÉSTICO.			VALOR EM R\$*		CÓD.
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL	PCA.
6.	Ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, capacidade de 9.000 BTUs, tecnologia Inverter, ciclo quente e frio, tensão 220 V, controle remoto sem fio com visor, filtro antibactéria, serpentina de cobre, classificação de eficiência energética "A" ou equivalente vigente pelo INMETRO, gás refrigerante R-32 ou equivalente, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	02 UN	1.923,33	3.846,66	790
7.	Ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, capacidade de 12.000 BTUs, tecnologia Inverter, ciclo quente e frio, tensão 220 V, controle remoto sem fio com visor, filtro antibactéria, serpentina de cobre, classificação de eficiência energética "A" ou conforme regulamentação vigente do INMETRO, gás refrigerante R-32 ou equivalente, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	01 UN	2.253,04	2.253,04	791
8.	Freezer vertical, 1 (uma) porta, capacidade mínima de 240 litros, degelo manual, controle de temperatura externo e	01 UN	3.085,12	3.085,12	792



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

	ajustável, prateleiras e cestos removíveis, dreno para degelo, porta reversível, gabinete na cor branca, tensão 220 V, classificação de eficiência energética conforme regulamentação vigente do INMETRO, com garantia mínima de 12 (doze) meses.				
9.	Projeto multimídia, resolução nativa WXGA (1280 x 800) ou superior, brilho mínimo de 3.000 lúmens em cores e 3.000 lúmens em branco, proporção de tela 16:10, compatível com formatos 4:3 e 16:9, alto-falante integrado com potência mínima de 5 W, foco manual, tamanho de projeção de até 300 polegadas ou superior, resolução máxima suportada 4K, correção trapezoidal (keystone), no mínimo 1 (uma) entrada HDMI, 1 (uma) porta USB tipo A e 1 (uma) porta USB tipo B, controle remoto infravermelho, alimentação bivolt automática (100 a 240 V, 50/60 Hz), acompanhado de cabo de alimentação, manual de instruções e garantia mínima de 12 (doze) meses.	01 UN	3.737,33	3.737,33	793
SUBTOTAL LOTE 2			R\$ 12.922,15		
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 35.917,15					

*Valor de Referência.

3.3. Os móveis deverão ser confeccionados rigorosamente em conformidade com as Pranchas 01, 02, 03, 04 e 05 e com o Memorial Descritivo anexo, que integram as especificações do objeto para todos os fins. Não serão aceitos móveis com desenho, formato, dimensões, bases, recortes, proporções, materiais, acabamentos ou configuração construtiva distintos daqueles estabelecidos nas referidas pranchas e no Memorial Descritivo, admitindo-se apenas pequenas variações decorrentes do processo de fabricação que não alterem o projeto, as dimensões, a funcionalidade e as características construtivas especificadas.

3.4. O objeto deverá ser fornecido, transportado, descarregado, montado e instalado, quando aplicável, no local indicado pela Administração, sem ônus adicional, estando incluídas no preço todas as despesas necessárias ao integral cumprimento da contratação.

3.5. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante deste Edital e do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação no lote que for de seu interesse.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar da presente licitação pessoas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, e que estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão provedor do Sistema, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e que apresentarem a documentação solicitada no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital.

4.2. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021:

a. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

a.1. O impedimento de que trata a alínea "a" será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

b. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

c. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

f. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nesta condição;

g. Agente público do órgão ou entidade licitante.

4.3. A vedação de que trata a alínea “g” do subitem 4.2 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.4. A vedação à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, prevista na alínea “e” do subitem 4.2, fundamenta-se na natureza comum e padronizada dos bens, na ausência de complexidade técnica ou dimensão econômica que exija a conjugação de capacidades empresariais e na existência de mercado fornecedor suficientemente amplo, buscando-se evitar custos adicionais de coordenação sem prejuízo à competitividade. A justificativa deverá estar coerente com os elementos da fase preparatória.

4.5. A participação de empresa estrangeira observará as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, inclusive quanto à apresentação de documentos equivalentes.

4.6. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do Sistema Eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO PORTAL E REGISTRO CADASTRAL:

5.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia de informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através de envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para a Pregoeira e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – Internet.

5.2. A realização do procedimento estará a cargo da Administração, da Pregoeira designada e sua Equipe de Apoio, e da Administradora do Pregão Eletrônico, através do Portal compras públicas, provedor do sistema de compras eletrônicas, através da Rede Mundial de Computadores.

5.3. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento junto ao www.portaldecompraspublicas.com.br, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.

5.4. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.4.2. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

5.5. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

5.5.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

5.5.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

5.5.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

5.5.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

5.5.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

5.6. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.7. O envio de lance pelo licitante implica a aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, bem como a assunção da responsabilidade pela proposta apresentada, observados os valores, prazos, condições de fornecimento e demais requisitos previstos no certame, sem que o envio do lance implique, por si só, a imediata formalização da contratação.

5.8. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Pregoeira e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

5.9. Como condição para participação no pregão eletrônico, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.9.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.9.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.9.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.9.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

5.9.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

5.9.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.9.7. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

5.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

6.1. O fornecedor para ser enquadrado como microempreendedor individual (nas atividades permitidas), microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá **DECLARAR** em campo próprio do sistema que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.1.1. As microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP, microempreendedores individuais – MEI, nas hipóteses legalmente aplicáveis, e sociedades cooperativas que atendam aos requisitos legais, poderão usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, observado o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

6.1.2. Considerando que a presente licitação é destinada exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nas hipóteses legalmente admitidas, a licitante deverá comprovar o respectivo enquadramento, sob pena de não admissão de sua participação no certame, observado o disposto nos arts. 3º, 42 a 49 da LC nº 123/2006 e no art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempreendedor individual (nas atividades permitidas), microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo, às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Na hipótese de empate ficto, assim entendido aquele previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada à microempresa ou empresa de pequeno porte a preferência de contratação, observados os procedimentos estabelecidos no art. 45 da referida Lei Complementar, especialmente quanto à possibilidade de apresentação de proposta de preço inferior àquela considerada vencedora.

6.3.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de preferência estabelecida pelo art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta, observadas as regras e funcionalidades do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

6.4. As empresas enquadradas como microempreendedor individual – MEI, microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP ou sociedade cooperativa, quando beneficiárias do tratamento favorecido previsto na legislação, deverão apresentar a documentação exigida para fins de habilitação, observadas as regras específicas relativas à regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital.

6.4.1. Havendo alguma restrição na documentação para comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

6.4.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 6.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

7. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

7.1. O certame será conduzido pela Agente de Contratação, na condição de Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, nomeados através da Portaria Municipal nº 4979/2025, art. 8º § 5º da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

...

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.”

7.2. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - Opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

7.2.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

7.2.2. As vedações do subitem 7.2.1. estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

8.1. É facultado a qualquer interessado apresentar pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame, na forma do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A decisão sobre o pedido de esclarecimentos ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão, no prazo e observada a forma a que alude o parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

“Art. 164

....

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.”

8.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificações do ato convocatório do Pregão, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

8.4. Os pedidos de esclarecimento e as impugnações deverão ser apresentados exclusivamente por meio do Portal de Compras Públicas, observadas as regras e os prazos estabelecidos neste Edital.

9. DO PROCEDIMENTO E DA PROPOSTA INICIAL NO SISTEMA ELETRÔNICO:

9.1. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Administração Municipal, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>).

9.1.1. Os licitantes deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horários definidos no preâmbulo deste edital.

9.1.2. A sessão de lances será no modo de disputa ABERTO.

9.2. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico.

9.3. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

9.4. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

9.5. No preenchimento da proposta eletrônica deverão ser informadas:

9.5.1. No Lote 1 - no campo próprio, as especificações técnicas do mobiliário sob medida, observadas as características mínimas estabelecidas neste Edital e seus anexos, devendo atender integralmente ao Memorial Descritivo e às Pranchas Técnica, bem como os valores unitário e total de cada item e o valor global do lote, e a marca e modelo (se houver).

9.5.2. No Lote 2, no campo próprio, a marca e o modelo dos aparelhos e eletrodoméstico ofertados, bem como as especificações necessárias à identificação do produto e os valores unitário e total de cada item e o valor global do lote, observadas as características mínimas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

9.6. No preenchimento da proposta eletrônica inicial, a Licitante deverá descrever as características técnicas e especificações dos móveis, aparelhos e eletrodoméstico ofertados, não se restringindo apenas a copiar e colar a descrição incluída no Portal pelo Órgão Público, de modo a permitir a verificação de sua conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

9.6.1. A não inserção de informações contendo as especificações/características técnicas dos produtos ofertados neste campo poderá ensejar a desclassificação da proposta, quando a ausência dessas informações impedir a verificação de sua conformidade com as exigências do Edital e do Termo de Referência.

9.6.2. A Pregoeira poderá solicitar, quando necessário à verificação da conformidade do produto/bem ofertado, informações ou esclarecimentos complementares ao licitante, observados os limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

9.7. O objeto ofertado pela licitante deverá atender a todas as especificações contidas no Edital e em seus Anexos.

9.8. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data-limite prevista para apresentação das propostas.

9.9. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

9.10. Serão considerados, para fins de aceitação da proposta inicial, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

9.11. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

9.13. Na etapa de apresentação da proposta inicial pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

9.14. Sob pena de desclassificação, as licitantes deverão declarar que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua apresentação, conforme disposto no § 1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, bem como todos os custos diretos e indiretos necessários à integral execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros e demais despesas incidentes sobre o fornecimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

9.15. Após a abertura da sessão não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira, mediante apresentação da respectiva justificativa pelo meio indicado no sistema eletrônico.

9.16. Da avaliação da conformidade das Propostas iniciais:

9.16.1. Encerrado o prazo para recebimento das propostas, a Pregoeira verificará a conformidade das propostas apresentadas com as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, observando o critério de julgamento previsto no instrumento convocatório.

9.16.2. Serão desclassificadas as propostas que se enquadrarem nas hipóteses previstas no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente aquelas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;
- c) apresentarem desconformidade com outras exigências do Edital que não possam ser sanadas nos termos da legislação aplicável.

9.16.2.1. Será desclassificada também a proposta que identifique o Licitante.

9.16.3. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não implicará, por si só, o afastamento da licitação, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

III – o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

(...).”

9.16.4. A Pregoeira poderá promover diligências para esclarecer ou complementar informações relativas às propostas apresentadas, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital, vedada a alteração da substância da proposta.

9.16.5. A análise das propostas será realizada de forma objetiva, com fundamento nas exigências previstas neste Edital e em seus anexos, assegurando-se o tratamento isonômico entre os licitantes.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, DA FASE DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO (Inciso III do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021):

10.1. Na data e horário estabelecidos neste Edital, a Pregoeira dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, por meio do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame, procedendo à abertura da etapa competitiva e à condução dos trabalhos na forma estabelecida neste Edital.

10.2. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR VALOR POR LOTE**.

10.3. A Pregoeira, via sistema eletrônico, dará início à sessão pública na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas classificadas para cada lote, observadas as funcionalidades do sistema.

10.4. A etapa de lances será iniciada a partir das propostas apresentadas, observadas as regras do sistema eletrônico e o modo de disputa estabelecido neste Edital.

10.4.1. No caso de nenhum licitante apresentar lance na respectiva etapa, vale os valores obtidos na etapa de propostas.

10.5. Aberta à etapa competitiva (**Sessão Pública**), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

10.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR GLOBAL DO LOTE, com o máximo de duas casas após a vírgula**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

10.7. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema, observado o intervalo **mínimo de 0,50% (meio por cento)** entre os lances.

10.7.1. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexecutáveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pela pregoeira através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência a Pregoeira justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pela Pregoeira.

10.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

10.9. Durante a Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado **VEDADO A IDENTIFICAÇÃO DO SEU DETENTOR**.

10.10. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública terá duração inicial de **10 (dez) minutos** e, após esse período, será **prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico** sempre que houver lance ofertado nos **últimos 2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

10.10.1. A prorrogação automática da etapa de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver novos lances enviados durante o período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.10.2. Não havendo novos lances nos **últimos 2 (dois) minutos** do período de duração ou de prorrogação, a etapa de lances será **encerrada automaticamente pelo sistema eletrônico**.

10.10.3. O encerramento da etapa competitiva observará os procedimentos, comandos e registros realizados automaticamente pelo **Portal de Compras Públicas**, conforme a parametrização estabelecida para o modo de disputa adotado neste Edital.

10.11. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes, para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do PREGÃO ELETRÔNICO será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

10.13. Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira procederá à análise da proposta classificada em primeiro lugar, observadas as disposições deste Edital.

10.14. A proposta será julgada pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, apurado após a etapa dos lances e de acordo com as especificações dos produtos constantes do Edital e do Termo de Referência.

10.15. Na hipótese de a proposta ou o lance da licitante classificada em primeiro lugar não ser aceito, ou de a licitante ser inabilitada, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e, se for o caso, sua habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente às exigências deste Edital.

10.16. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

10.17. negociação poderá ser realizada com a licitante classificada em primeiro lugar, visando à obtenção de condição mais vantajosa para a Administração, observadas as disposições deste Edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.17.1. Quando a proposta da licitante classificada em primeiro lugar permanecer acima do preço máximo definido pela Administração e não for possível a sua adequação mediante negociação, a Pregoeira poderá negociar com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

10.17.2. A negociação será conduzida pela Pregoeira por meio do sistema eletrônico e, depois de concluída, seu resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado nos autos do certame.

11. DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (Inciso IV do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021):



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

11.1. Após o encerramento da fase de negociação, será solicitado à licitante classificada em primeiro lugar o envio da proposta readequada ao último lance ou ao preço negociado, no prazo a ser definido pela Pregoeira, que será de no mínimo **02 (duas) horas**.

11.2. A proposta readequada deverá ser apresentada conforme o modelo constante do Anexo I deste Edital, contendo os valores unitários e totais dos itens e o valor global dos Lotes adjudicáveis, observadas as especificações estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

11.2.1. Para o Lote 2 a vencedora deverá encaminhar catálogos, fichas técnicas, prospectos ou outros meios idôneos de comprovação das características ofertadas, necessários à verificação objetiva do atendimento às especificações.

11.3. A adjudicação do objeto ficará condicionada ao atendimento, pela licitante classificada em primeiro lugar, de todas as condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

11.4. No julgamento das propostas, a Pregoeira, auxiliada pela Equipe de Apoio, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, nos termos da legislação aplicável.

11.5. Serão desclassificadas, conforme o art. 59 da Lei nº 14.133/2021, as propostas que:

- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.5.1. Em observação ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021 cabe a Pregoeira e Equipe de Apoio, na análise para desclassificação das propostas, observar que a verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

11.5.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.6. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas apresentadas, dos lances, da ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

12. DA HABILITAÇÃO:

12.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

12.2. Após o encerramento da fase de julgamento das propostas e sendo aceita a proposta da licitante classificada em primeiro lugar, esta deverá, no prazo definido pela Pregoeira, que será de no mínimo **02 (duas) horas**, prorrogável na forma deste Edital, encaminhar os documentos exigidos para habilitação, por meio da plataforma Portal de Compras Públicas.

12.3. A prorrogação de que trata o subitem 12.2, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pela Pregoeira; ou
- b) de ofício, a critério da Pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação da habilitação.

12.4. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ CONTER:

12.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Inciso I, art. 62 e art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, no caso de Microempreendedor Individual – MEI;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de eleição ou designação de seus administradores, quando aplicável;

d) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada dos documentos que comprovem a administração da sociedade, quando aplicável;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.4.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Inciso III, art. 62 e art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte, estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

c) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados;

d) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;

e) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;

f) Certificado de Regularidade (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

g) Certidão Negativa Trabalhista;

h) Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM). Emissão através de: <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

12.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Inciso IV, art. 62 e arts. 69 e 70 da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, válida na data de apresentação. Quando a certidão não indicar prazo de validade, será aceita a emitida nos 90 (noventa) dias anteriores à data de sua apresentação.

12.4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (Inciso II, art. 62 e art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou satisfatoriamente fornecimento compatível com o lote para o qual apresentar proposta, admitidos objetos similares em características e complexidade; para o Lote 1, a comprovação deverá abranger fabricação e/ou fornecimento de mobiliário sob medida, com montagem ou instalação; para o Lote 2, deverá abranger fornecimento de equipamentos, eletrodomésticos ou bens permanentes compatíveis.

a.1) Os atestados poderão ser apresentados em nome da licitante, sendo admitida a comprovação por meio de um ou mais documentos, desde que permitam verificar a experiência anterior compatível com o objeto licitado.

12.4.5. DEMAIS DOCUMENTOS:

a. Declaração Conjunta, conforme modelo do **ANEXO II**, de que:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

a.1. Não está impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Barra Funda/RS, nem foi declarada inidônea para licitar ou contratar por órgão ou entidade de qualquer ente federativo, enquanto perdurarem os efeitos das respectivas sanções;

a.2. Não possui em seu quadro societário agente público do Município de Barra Funda/RS impedido de participar direta ou indiretamente da licitação ou da execução do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

a.3. Que são verdadeiras as informações, estando ciente das sanções impostas, conforme disposto neste Edital e no Art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração;

a.4. Conhece e se submete integralmente às condições estabelecidas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026**, tendo verificado todas as especificações e condições previstas no Edital e em seus anexos, declarando não haver qualquer discrepância ou restrição quanto às informações e documentos que integram o certame, e, caso vencedora, compromete-se a executar o objeto pelo preço proposto, em conformidade com as normas e condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

a.5. Tem ciência de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes na proposta apresentada, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do objeto;

a.6. Não desenvolve trabalho noturno, perigoso ou insalubre com pessoas menores de dezoito anos, nem desenvolve qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

a.7. Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

a.8. Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/21);

a.9. Declara, para os fins do disposto no art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

a.10. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

a.11. Compromete-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, especialmente a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO:

13.1. Os documentos exigidos neste Edital deverão ser anexados pela licitante diretamente na plataforma eletrônica **Portal de Compras Públicas**, no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital e pelo sistema. Os documentos poderão ser apresentados em formato eletrônico, inclusive mediante assinatura eletrônica ou digital, quando exigível, ficando dispensada a autenticação dos documentos cuja autenticidade possa ser verificada diretamente por meio eletrônico ou pelos órgãos emissores.

13.2. Os documentos de habilitação, serão examinados pela pregoeira e pela equipe de apoio.

13.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.3.1. Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2024:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

“Acórdão 1211/2024 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedações. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

13.4. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira, auxiliada pela Equipe de Apoio, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.5. Para prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, poderão ser apresentados também documentos como “Certidão Positiva, com efeito, de Negativa”.

13.6. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.7. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13.8. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, o sistema abrirá prazo de até **10 (dez) minutos** para que os licitantes manifestem, de forma imediata e motivada, a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, nos termos do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DOS RECURSOS E/OU PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO:

14.1. Na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá recurso, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contra os seguintes atos ou decisões:

- a. ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b. julgamento das propostas;
- c. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d. anulação ou revogação da licitação.

14.2. Cabe ainda, pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do subitem 14.1, serão observadas as seguintes disposições:

I. A intenção de recorrer deverá ser manifestada dentro do prazo estabelecido pelo sistema, de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão. Manifestada a intenção de recorrer, o licitante terá o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das **razões recursais**, contado da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, da lavratura da ata de julgamento.

II. Apresentadas as razões recursais, será concedido aos demais licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis para apresentação das contrarrazões**, conforme prazo disponibilizado pelo sistema eletrônico.

III. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

14.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.7. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 (*que são, respectivamente, advertência, multa e impedimento de licitar e contratar*), caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.7.1. O recurso de que trata subitem 14.7 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.8. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 (*declaração de inidoneidade para licitar ou contratar*) caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.11. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, conforme art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, desde que o motivo determinante decorra de fato superveniente devidamente comprovado;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

16. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO (arts. 89 a 92 e 105 da Lei Federal nº 14.133/2021):

16.1. Após a homologação do processo, o Setor de Contratos encaminhará à licitante vencedora, por meio eletrônico, o instrumento contratual para assinatura, ao endereço de e-mail informado pela licitante em sua proposta, devendo este ser devolvido devidamente assinado no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

16.2. Será facultado à Administração, quando o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observado o art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes aceitar a contratação nos termos do subitem 16.2, a Administração poderá, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste Edital:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

a. convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que superior ao preço do licitante vencedor;

b. frustrada a negociação de melhor condição, adjudicar e celebrar o contrato com o licitante remanescente, observada a ordem de classificação, nas condições por ele ofertadas, desde que atendidos os requisitos legais e observados o valor estimado e sua eventual atualização.

16.5. O termo inicial do contrato dar-se-á na data de sua assinatura, produzindo efeitos para a execução das obrigações assumidas entre o Município de Barra Funda/RS e a contratada.

16.6. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, sem prejuízo dos prazos específicos de entrega e das obrigações de garantia, admitida prorrogação somente nas hipóteses legalmente cabíveis.

16.7. O prazo será contado na forma do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, conforme disposto no inciso II.

16.8. Antes da formalização do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal da adjudicatária e realizará as consultas legalmente exigíveis aos cadastros pertinentes.

16.9. O contrato e seus eventuais aditamentos terão forma escrita, serão juntados ao processo administrativo e divulgados na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a divulgação no PNCP condição indispensável para sua eficácia, observado o art. 94.

17. DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

17.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

17.2. Após o interregno mínimo de 1 (um) ano, os preços poderão ser reajustados pela variação acumulada do IPCA, tendo como data-base a data do orçamento estimado.

17.3. Na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual e provoquem desequilíbrio econômico-financeiro, poderá ser restabelecida a relação inicialmente pactuada, mediante requerimento da contratada e comprovação documental do desequilíbrio, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3.1. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser dirigido à autoridade competente, com identificação do contrato a que se refere.

17.3.2. A solicitação deverá ser acompanhada de documentos que comprovem a ocorrência do desequilíbrio, tais como notas fiscais, listas de preços de fabricantes, documentos relativos a matérias-primas, transporte ou outros elementos idôneos que permitam demonstrar a variação efetivamente ocorrida.

17.3.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta e desde que comprovadamente repercutam nos preços contratados, poderão ensejar a revisão dos respectivos valores, para mais ou para menos, conforme o caso.

17.3.3.1. A alteração decorrente das hipóteses previstas no subitem anterior produzirá efeitos a partir da data de vigência da norma que tenha criado, alterado ou extinguido os tributos ou encargos legais, observadas as disposições legais aplicáveis.

17.4. A concessão ou não do reequilíbrio econômico-financeiro será precedida de análise da Administração e, quando necessário, de pesquisa de preços no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que permitam verificar as condições de mercado e a efetiva ocorrência do desequilíbrio.

17.5. Não será apreciado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro que não esteja acompanhado de elementos suficientes para comprovar o desequilíbrio alegado.

17.6. O Município analisará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento do requerimento devidamente instruído.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

17.7. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

18. DO PAGAMENTO (arts. 141 a 146 da Lei Federal nº 14.133/2021):

18.1. O pagamento será realizado com recursos próprios do Município e com recursos oriundos do Convênio FPE nº 3485/2025, Processo nº 25/1300-0004304-9 e PROCAD-SUAS, conforme a fonte de recursos vinculada a cada despesa.

18.2. O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias, contados da liquidação da despesa, após o recebimento e a conferência da conformidade dos bens entregues, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e dos documentos necessários à liquidação.

18.3. A nota fiscal ou fatura deverá ser apresentada por ocasião do fornecimento, acompanhada dos documentos necessários à liquidação da despesa, e deverá conter a descrição do Processo Licitatório, do Pregão Eletrônico e do contrato ao qual se vincula, bem como a descrição dos materiais efetivamente fornecidos.

18.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a comprovação da regularização da situação, sem que isso acarrete ônus para a Contratante.

18.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19. DA FISCALIZAÇÃO:

19.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora **Micheli Zandoná**, especialmente designada para essa finalidade, conforme Portaria Municipal nº 5.415, de 25 de junho de 2026, ou por seus respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes à atribuição de fiscalização.

19.2. A Fiscal do contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

19.3. A Fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes, as situações que demandarem decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

19.4. A Fiscal do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, quando necessário, para o desempenho de suas atribuições.

19.5. Na hipótese da contratação de terceiros prevista no subitem 19.1, deverão ser observadas as seguintes regras:

a. a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

b. a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

19.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

19.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

19.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

19.8.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

19.9. A Administração terá o dever de emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da contratação.

19.9.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

19.10. Eventuais deficiências ou anormalidades constatadas por ocasião do acompanhamento e fiscalização deverão ser registradas.

19.11. O Município poderá determinar a suspensão do fornecimento, mediante justificativa, quando constatadas irregularidades na execução do objeto, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e contratuais cabíveis.

19.12. A designação dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização observará o princípio da segregação de funções, nos termos do art. 5º e do art. 7º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, evitando-se, sempre que possível, a concentração de funções suscetíveis a riscos relevantes.

19.13. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

20. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

20.1. Eventuais alterações contratuais observarão os arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

21.1. O Município e as empresas licitantes comprometem-se a observar a legislação brasileira de combate à corrupção, especialmente a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e demais normas aplicáveis.

22. DA GARANTIA:

22.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

23. DA DOTAÇÃO:

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desse exercício financeiro.

23.2. As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no orçamento do Município de Barra Funda/RS, para o exercício de 2026, nas seguintes dotações

CONVÊNIO FPE 3485/2025: TOTAL R\$23.841,38:

1002 08 244 0042 1257 449052 0000 0000 1701 (R\$ 21.481,19)

1001 08 244 0042 1257 449052 0000 0000 1500 (R\$ 2.360,19)

PROCAD-SUAS: R\$

1002 08 244 0042 1217 44905200000000 2660 (R\$13.710,10)

24. DAS SANÇÕES:

24.1. Conforme previsto no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.4. A sanção prevista no inciso I do subitem 24.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do subitem 24.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

24.5. A sanção de multa prevista no inciso II do subitem 24.2 será aplicada, conforme a natureza e a gravidade da infração, nos seguintes percentuais, observados os limites previstos no art. 156, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela, item ou obrigação em atraso, limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento), sem prejuízo da possibilidade de rescisão/extinção contratual quando o atraso comprometer a finalidade da contratação;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela ou obrigação inadimplida, na hipótese de inexecução parcial de menor gravidade, quando o descumprimento não comprometer substancialmente a execução do objeto nem causar prejuízo relevante à Administração;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela ou obrigação inadimplida, na hipótese de inexecução parcial que cause prejuízo à Administração, comprometa a regular execução do objeto ou exija providências adicionais para sua correção ou substituição;

d) 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese de recusa injustificada em cumprir obrigação contratual relevante, não atendimento de determinação da fiscalização, atraso grave ou reiterado ou descumprimento que comprometa significativamente a execução do objeto;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

e) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese de inexecução total do objeto, abandono da execução ou recusa injustificada em iniciar ou concluir o fornecimento ou a prestação contratada;

f) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, quando o adjudicatário, sem justificativa aceita pela Administração, não celebrar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, após regularmente convocado.

g) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, quando o licitante ou contratado não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e comprovado;

h) 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da contratação, quando houver apresentação de declaração ou documentação falsa, informação falsa relevante ou prática destinada a induzir a Administração em erro, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

i) 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, nas hipóteses de fraude à licitação ou à execução do contrato, comportamento inidôneo, prática de atos ilícitos destinados a frustrar os objetivos da licitação ou prática de ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas e das responsabilidades civil e penal cabíveis.

24.5.1. Para fins de aplicação das multas previstas neste item, considera-se como base de cálculo:

a) o valor da parcela, item ou obrigação efetivamente inadimplida, quando a infração puder ser individualizada e não comprometer a contratação em sua integralidade; ou

b) o valor total da contratação, quando se tratar de inexecução total, abandono, recusa de contratação ou infração que comprometa a execução global do objeto.

24.5.2. As multas moratória e compensatória não serão cumuladas em relação ao mesmo fato gerador, devendo, quando o atraso se converter em inexecução parcial ou total, ser aplicada a penalidade correspondente à infração mais grave, com abatimento dos valores eventualmente já aplicados pelo mesmo fato.

24.5.3. A definição da penalidade observará, além dos percentuais objetivos estabelecidos neste item, a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.5.4. A aplicação da multa não impede a Administração de promover a extinção do contrato, exigir a reparação integral dos prejuízos causados e aplicar, mediante processo administrativo próprio, as demais sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

24.6. A sanção prevista no inciso III do subitem 24.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 24.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

24.7. A sanção prevista no inciso IV do subitem 24.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 24.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 24.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 24.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.7.1. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e, quando aplicada por órgão do Poder Executivo Municipal, será de competência exclusiva do Secretário Municipal competente, nos termos do art. 156, §6º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 24.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

24.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

24.10. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

25. DA FORMA E PERIODICIDADE DE ENTREGA:

25.1. A contratação compreenderá as quantidades certas e determinadas adjudicadas em cada lote, não se tratando de registro de preços.

25.2. A entrega deverá ocorrer de forma integral por lote, após a emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento pela Administração.

25.3. Para o Lote 1 – Móveis Sob Medida, o prazo máximo para fabricação, entrega, montagem, instalação, nivelamento e disponibilização dos bens em perfeitas condições de uso será de até 60 (sessenta) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

25.4. Para o Lote 2 – Aparelhos e Eletrodomésticos, o prazo máximo de entrega será de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

25.5. A entrega, montagem e instalação, quando aplicáveis, deverão ocorrer no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Barra Funda/RS, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, ou em horário previamente ajustado com a fiscalização.

25.6. Todos os custos de transporte, frete, carga, descarga, montagem, instalação, materiais auxiliares, mão de obra, tributos, seguros e demais despesas necessárias ao integral cumprimento do objeto correrão por conta da contratada.

25.7. Os bens serão recebidos provisoriamente para conferência e, após verificação de conformidade com o Edital, o Termo de Referência, o Memorial Descritivo, as Pranchas Técnicas e a proposta vencedora, serão recebidos definitivamente pelo servidor competente.

25.8. Os móveis sob medida deverão observar rigorosamente o Memorial Descritivo e as Pranchas Técnicas 01 a 05, inclusive dimensões, materiais, espessuras, ferragens, cores/padrões, acabamento e configuração construtiva, ressalvadas apenas as equivalências expressamente admitidas nos documentos técnicos.

25.9. Os equipamentos e eletrodomésticos deverão ser novos, de primeiro uso, entregues em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados dos manuais e acessórios exigidos, observadas as garantias mínimas previstas nas especificações.

25.10. O bem que apresentar desconformidade, avaria, vício, defeito ou divergência em relação às especificações será rejeitado, no todo ou em parte, devendo a contratada providenciar sua correção ou substituição, sem ônus adicional, no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

25.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios, defeitos, inadequações ou pela garantia dos bens.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

26.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, observar-se-á o disposto no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

26.2. Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.

26.3. Eventual modificação do Edital será divulgada pela mesma forma utilizada para a divulgação do texto original, com renovação dos prazos dos atos e procedimentos, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.4. A Administração poderá anular ou revogar a licitação, nos casos e condições previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

26.5. É facultado a Pregoeira ou à Autoridade Superior em qualquer fase do procedimento, suspender a sessão pública para promover diligências e consultas destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição de documento ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões, marcando nova data e horário para prosseguimento dos trabalhos, comunicando a decisão aos Licitantes.

26.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

26.7. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

26.8. Os casos omissos serão solucionados de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

27. DA PROTEÇÃO DE DADOS

27.1. O Município e as empresas licitantes tratarão os dados pessoais estritamente para as finalidades relacionadas ao procedimento licitatório, à formalização, execução, fiscalização e gestão do contrato, com fundamento nas bases legais aplicáveis e observância da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), especialmente os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e transparência.

28. ANEXOS DESTE EDITAL:

ANEXO I – Modelo Proposta de Preços;

ANEXO II – Modelo de Declaração Conjunta;

ANEXO III – Minuta contrato;

ANEXO IV – Memorial descritivo;

ANEXO V – Pranchas.

29. DO FORO:

29.1. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Sarandi/RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação, do contrato e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Barra Funda/RS, 07 de outubro de 2026.

ANDRÉ SIGNOR,
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 018/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

ANEXO I
PROPOSTA FINANCEIRA
(modelo)

PROPOSTA FINANCEIRA					
EMPRESA:					
CNPJ Nº:			CONTATO:		
ENDEREÇO:					
FONE:			E-MAIL:		
LOTE 1. MÓVEIS SOB MEDIDA			VALOR EM R\$		MARCA/ MODELO
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL	
1.	Armário sob medida, com dimensões de 150 cm (largura) x 50 cm (profundidade) x 240 cm (altura), confeccionado integralmente em MDF ou MDP, com todas as chapas de 15 mm de espessura, na cor branca, contendo 2 (duas) portas de correr, 4 (quatro) prateleiras internas, apoiado sobre 6 (seis) pés metálicos com 10 cm de altura, na cor/padrão Branca. O móvel deverá ser fornecido montado e instalado no local indicado pela Administração, acompanhado de todos os acessórios necessários para sua perfeita instalação e funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses. As prateleiras deverão possuir sistema de fixação reforçado, com suportes metálicos, adequado para suportar a carga de utilização do móvel, vedada a utilização de suportes plásticos convencionais como único elemento de sustentação.	01 UN			
2.	Armário sob medida, com dimensões de 270 cm (largura) x 50 cm (profundidade) x 260 cm (altura), confeccionado integralmente em MDF ou MDP, com todas as chapas de 15 mm de espessura, nas cores/padrões Wengue Valência e Galiano, ou equivalentes em tonalidade, textura e padrão visual, desde que preservada a harmonia estética prevista no Memorial Descritivo e nas Pranchas. Composto por 6 (seis) portas de giro com puxadores metálicos, 6 (seis) gavetas inferiores com corredejas telescópicas e puxadores metálicos, 12 (doze) nichos internos distribuídos em 3 (três) colunas e 4 (quatro) fileiras, formados por prateleiras divisórias. Acabamento com fita de borda em PVC em todas as bordas aparentes. O móvel deverá ser fornecido montado e instalado no local indicado pela Administração, acompanhado de todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses. As prateleiras e divisórias deverão possuir sistema de fixação reforçado, com suportes metálicos, adequado para suportar a carga de utilização do móvel, vedada a utilização de suportes plásticos convencionais como único elemento de sustentação.	01 UN			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

3.	Mesa de reuniões sob medida, com dimensões de 200 cm (comprimento) x 150 cm (largura) x 75 cm (altura), confeccionada integralmente em MDF ou MDP, com todas as chapas de 25 mm de espessura. Tampo na cor/padrão madeirado Galiano ou equivalente e bases na cor/padrão madeirado Wengue Valência ou equivalente. Estrutura composta por 2 (duas) bases tipo painel, posicionadas conforme projeto anexo, com recortes curvos e profundidade de 90 cm cada, interligadas por saia estrutural central medindo 140 cm de comprimento x 25 cm de altura, tampo com cantos arredondados. O móvel deverá ser fornecido montado e instalado no local indicado pela Administração, acompanhado de todos os acessórios necessários para sua perfeita montagem e instalação, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	01 UN			
4.	Mesa de escritório sob medida, em formato “L”, com dimensões externas aproximadas de 290 cm x 160 cm, altura de 75 cm e profundidade dos tampos de 60 cm, confeccionada em MDF ou MDP revestido, nas cores/padrões Galiano e Wengue Valência ou equivalentes. O tampo deverá possuir 25 mm de espessura, acabamento padrão Galiano, sendo a estrutura, painéis laterais e demais elementos estruturais no padrão Wengue Valência. A mesa deverá possuir 02 (dois) gaveteiros integrados, sendo um gaveteiro com aproximadamente 90 cm de largura, contendo 08 (oito) gavetas, e outro com aproximadamente 45 cm de largura, contendo 04 (quatro) gavetas, totalizando 12 (doze) gavetas. Todas as gavetas deverão possuir corrediças metálicas telescópicas e puxadores metálicos, proporcionando abertura e fechamento suaves. O móvel deverá ser fornecido montado e instalado no local indicado pela Administração, acompanhado de todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	01 UN			
5.	Armário estante para livros sob medida, com dimensões aproximadas de 92 cm (largura) x 40 cm (profundidade) x 190 cm (altura total), confeccionado em MDF ou MDP revestido, com chapas de 15 mm de espessura, nas cores/padrões Galiano e Wengue Valência ou equivalentes. O móvel deverá ser composto por parte inferior fechada com 02 (duas) portas de giro e parte superior aberta destinada à utilização como estante para livros, conforme configuração apresentada na referência visual. A parte inferior deverá possuir aproximadamente 90 cm de altura, incluindo os pés, e compartimentação interna através de prateleiras. A parte superior deverá possuir aproximadamente 100 cm de altura, contendo 03 (três) vãos abertos, destinados à organização e armazenamento de livros, documentos e objetos. O móvel deverá possuir pés metálicos com aproximadamente 10 cm de altura e puxadores metálicos nas portas. Deverá ser fornecido montado e instalado no local indicado pela Administração, acompanhado de todos os	01 UN			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

	acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses.				
SUBTOTAL LOTE 1			R\$		
LOTE 2. APARELHOS E ELETRODOMÉSTICOS			VALOR EM R\$		MARCA/ MODELO
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL	
6.	Ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, capacidade de 9.000 BTUs, tecnologia Inverter, ciclo quente e frio, tensão 220 V, controle remoto sem fio com visor, filtro antibactéria, serpentina de cobre, classificação de eficiência energética "A" ou equivalente vigente pelo INMETRO, gás refrigerante R-32 ou equivalente, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	02 UN			
7.	Ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, capacidade de 12.000 BTUs, tecnologia Inverter, ciclo quente e frio, tensão 220 V, controle remoto sem fio com visor, filtro antibactéria, serpentina de cobre, classificação de eficiência energética "A" ou conforme regulamentação vigente do INMETRO, gás refrigerante R-32 ou equivalente, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	01 UN			
8.	Freezer vertical, 1 (uma) porta, capacidade mínima de 240 litros, degelo manual, controle de temperatura externo e ajustável, prateleiras e cestos removíveis, dreno para degelo, porta reversível, gabinete na cor branca, tensão 220 V, classificação de eficiência energética conforme regulamentação vigente do INMETRO, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	01 UN			
9.	Projektor multimídia, resolução nativa WXGA (1280 x 800) ou superior, brilho mínimo de 3.000 lúmens em cores e 3.000 lúmens em branco, proporção de tela 16:10, compatível com formatos 4:3 e 16:9, alto-falante integrado com potência mínima de 5 W, foco manual, tamanho de projeção de até 300 polegadas ou superior, resolução máxima suportada 4K, correção trapezoidal (keystone), no mínimo 1 (uma) entrada HDMI, 1 (uma) porta USB tipo A e 1 (uma) porta USB tipo B, controle remoto infravermelho, alimentação bivolt automática (100 a 240 V, 50/60 Hz), acompanhado de cabo de alimentação, manual de instruções e garantia mínima de 12 (doze) meses.	01 UN			
SUBTOTAL LOTE 2			R\$		
VALOR TOTAL GLOBAL DE			R\$		
Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato:					
Nome:		Nacionalidade:		Profissão:	
RG:		CPF:			
Endereço completo:					
Validade da Proposta: Nossa Proposta vigorará pelo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas.					



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

DECLARAÇÃO:

Declaro(mos) que:

- a.** Esta proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- b.** Assumo(imos) a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- c.** Que o preço contido na proposta inclui todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e quaisquer outros necessários.

Local e data:

PROPONENTE
(Carimbo e Assinatura)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 018/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

ANEXO II
DECLARAÇÃO CONJUNTA
(modelo)

A empresa (Nome da licitante), CNPJ nº, para fins de cumprimento às exigências de Habilitação na licitação realizada pelo Município de Barra Funda/RS, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026**, **DECLARA, sob as penas da Lei, QUE:**

I. Não está impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Barra Funda/RS, nem foi declarada inidônea para licitar ou contratar por órgão ou entidade de qualquer ente federativo, enquanto perdurarem os efeitos das respectivas sanções;

II. Não possui em seu quadro societário agente público do Município de Barra Funda/RS impedido de participar direta ou indiretamente da licitação ou da execução do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

III. Conhece e concorda com todas as condições estabelecidas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026** e em seus anexos, estando ciente das condições necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação;

IV. Tem ciência de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes na proposta apresentada, bem como pelas despesas relativas à realização integral do objeto;

V. Não desenvolve trabalho noturno, perigoso ou insalubre com pessoas menores de dezoito anos, nem desenvolve qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

VI. Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (inciso I do art.63 da Lei 14.133/21);

VII. Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (inciso IV do art.63 da Lei 14.133/21);

VIII. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório (§ 1º do art.63 da Lei 14.133/21);

IX. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

X. Tomou CONHECIMENTO de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas à contratação;

XI. Compromete-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, especialmente a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

XII. Compromete-se a observar, no que couber à execução da contratação, as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando as medidas necessárias para a proteção dos dados pessoais eventualmente tratados em razão do fornecimento.

Assinatura do representante legal da licitante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA
ANEXO III
MINUTA CONTRATUAL

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº/2026.

O **MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida 24 de Março, nº 735, Bairro Centro, nesta cidade, inscrição no CNPJ nº 94.704.004/0001-02, representado pelo seu Prefeito Municipal **ANDRÉ SIGNOR**, brasileiro, inscrição no CPF nº, residente e domiciliado, em Barra Funda/RS, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a Empresa inscrição no CNPJ nº, sita na, em/....., neste ato representada por, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento dos materiais referidos na Cláusula Segunda - Do Objeto, de que trata o Processo Licitatório nº 018/2026, em decorrência do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

1.1. O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público a ele será aplicado, pelos dispositivos instituídos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto do presente contrato a aquisição de mobiliário sob medida e demais bens permanentes destinados à estruturação e qualificação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Barra Funda/RS, com recursos próprios e oriundos do Convênio FPE nº 3485/2025, Processo nº 25/1300-0004304-9 e PROCAD-SUAS, conforme lote(s) adjudicado(s), especificações, quantidades e demais condições do Edital e seus anexos.

2.2. Integram a contratação, independentemente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência, o Memorial Descritivo, as Pranchas Técnicas 01 a 05, a proposta da CONTRATADA e os demais documentos do processo.

2.3. A descrição do Lote corresponde a tabela abaixo disposta:

Lote		Qtdade/ Unidade	Marca/ Modelo	Valor em R\$	
Item	Descrição			Unitário	Total

2.4. O objeto deverá ser entregue após a emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento pela Administração, que será encaminhada à CONTRATADA por meio eletrônico, ao endereço de e-mail informado em sua proposta, servindo como ordem para o início da execução do fornecimento, observados os prazos estabelecidos neste contrato e no Edital.

2.5. Caso o objeto seja recusado pelo CONTRATANTE por alguma não conformidade de características, a devolução e entrega do novo objeto será por conta e risco da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

3.1. O valor total do contrato é de R\$ (.....), correspondente ao(s) lote(s) adjudicado(s), de acordo com a proposta vencedora, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

§ 1º. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

§ 2º O pagamento será realizado com recursos próprios do Município e com recursos oriundos do Convênio FPE nº 3485/2025, Processo nº 25/1300-0004304-9 e PROCAD-SUAS, conforme a fonte vinculada a cada despesa.

§ 3º. A Nota Fiscal deve obrigatoriamente ser entregue junto com o objeto, devendo ser emitida em nome do Município de Barra Funda/RS, com identificação na mesma do procedimento licitatório realizado, e nº do contrato firmado com o CONTRATANTE.

§ 4º. O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias após a liquidação da despesa e o recebimento definitivo dos bens, mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

§ 5º. Considera-se atestada a execução após o recebimento definitivo dos bens, verificada sua conformidade com o Edital, TR, Memorial Descritivo, Pranchas e proposta.

§ 6º. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

§ 7º. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

§ 8º. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

§ 9º. A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao CONTRATANTE, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado.

§ 10. A razão social e o CNPJ da CONTRATADA constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

§ 11. Caso o fornecimento não seja realizado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

CLÁUSULA QUARTA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

4.1. Os valores da presente contratação não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA E PRAZO DE ENTREGA:

5.1. A contratação compreenderá as quantidades certas e determinadas adjudicadas em cada lote, não se tratando de registro de preços.

5.2. A entrega deverá ocorrer de forma integral por lote, após a emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento pela Administração.

5.3. Para o Lote 1 – Móveis Sob Medida, o prazo máximo para fabricação, entrega, montagem, instalação, nivelamento e disponibilização dos bens em perfeitas condições de uso será de até 60 (sessenta) dias, contado do recebimento da Ordem de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5.4. Para o Lote 2 – Aparelhos e Eletrodoméstico, o prazo máximo de entrega será de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Ordem de Empenho ou Ordem de Fornecimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

5.5. A entrega, montagem e instalação, quando aplicáveis, deverão ocorrer no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Barra Funda/RS, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, ou em horário previamente ajustado com a fiscalização.

5.6. Todos os custos de transporte, frete, carga, descarga, montagem, instalação, materiais auxiliares, mão de obra, tributos, seguros e demais despesas necessárias ao integral cumprimento do objeto correrão por conta da contratada.

5.7. Os bens serão recebidos provisoriamente para conferência e, após verificação de conformidade com o Edital, o Termo de Referência, o Memorial Descritivo, as Pranchas Técnicas e a proposta vencedora, serão recebidos definitivamente pelo servidor competente.

5.8. Os móveis sob medida deverão observar rigorosamente o Memorial Descritivo e as Pranchas Técnicas 01 a 05, inclusive dimensões, materiais, espessuras, ferragens, cores/padrões, acabamento e configuração construtiva, ressalvadas apenas as equivalências expressamente admitidas nos documentos técnicos.

5.9. Os equipamentos e eletrodomésticos deverão ser novos, de primeiro uso, entregues em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados dos manuais e acessórios exigidos, observadas as garantias mínimas previstas nas especificações.

5.10. O bem que apresentar desconformidade, avaria, vício, defeito ou divergência em relação às especificações será rejeitado, no todo ou em parte, devendo a contratada providenciar sua correção ou substituição, sem ônus adicional, no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios, defeitos, inadequações ou pela garantia dos bens.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

6.1. Após a homologação do processo, o Setor de Contratos encaminhará à CONTRATADA, por meio eletrônico, o instrumento contratual para assinatura, ao endereço de e-mail informado pela licitante em sua proposta, devendo este ser devolvido devidamente assinado no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo CONTRATANTE, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. O presente contrato e seus eventuais aditamentos terão forma escrita, serão juntados ao processo administrativo que deu origem à contratação e serão divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

7.1. O presente Contrato reger-se-á por suas cláusulas e pelas normas de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos.

7.2. O termo inicial do contrato dar-se-á na data de sua assinatura, produzindo efeitos para a plena execução e satisfação das obrigações contratuais assumidas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

7.3. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, cujo prazo será contado na forma do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, compreendendo-se, assim, conforme inciso II, o período de de de 2026 a de de 2027.

7.4. O prazo de vigência contratual pode ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

7.4.1. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência contratual, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

7.5. O contrato e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público no sítio eletrônico oficial.

7.6. Este contrato poderá ser anulado nos termos do art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA**

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE CONTRATUAL:

- 8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 8.2.** Após o interregno mínimo de 1 (um) ano, os preços contratados poderão ser reajustados pela variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, tendo como data-base a data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 8.4.1.** Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 8.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 8.6.** Caso o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então vigente.
- 8.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, mediante termo aditivo.
- 8.8.** O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

- 9.1.** O CONTRATANTE deverá emitir decisão sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, após concluída a instrução do requerimento, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.2.** Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.
- 9.2.1.** A ausência de documentação suficiente para comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro poderá ensejar o indeferimento do pedido.
- 9.3.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desse exercício financeiro.
- 10.2.** As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no orçamento do Município de Barra Funda/RS, para o exercício de 2026, nas seguintes dotações:
- CONVÊNIO FPE 3485/2025: TOTAL R\$23.841,38:
- 1002 08 244 0042 1257 449052 0000 0000 1701** (R\$ 21.481,19)
- 1001 08 244 0042 1257 449052 0000 0000 1500** (R\$ 2.360,19)
- PROCAD-SUAS: R\$
- 1002 08 244 0042 1217 44905200000000 2660** (R\$13.710,10)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- a.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratual;
- b.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

- c. Cumprir a determinação do CONTRATANTE de suspender o fornecimento de materiais que estejam em desacordo com as especificações contratuais ou que possam comprometer a segurança de pessoas ou bens;
- d. Conduzir o fornecimento com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- e. Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
- f. Vedar a utilização, na execução do fornecimento, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE;
- g. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- i. Realizar o fornecimento do objeto de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na proposta e neste contrato, responsabilizando-se por todos os custos decorrentes de sua execução;
- j. Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gerem fato impeditivo da execução do contrato;
- k. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas à execução do fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos bens fornecidos.

11.2. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

- a. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato, no Edital e seus anexos;
- b. Verificar minuciosamente a conformidade dos móveis sob medida, aparelhos, eletrodomésticos e demais bens entregues com as especificações do Edital, TR, Memorial Descritivo, Pranchas Técnicas e proposta vencedora, para fins de recebimento provisório e definitivo;
- c. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no fornecimento dos lotes, para que seja refeito, reparado ou corrigido;
- d. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado pela Portaria nº;
- e. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- f. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- g. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021;
- h. Aplicar, quando cabíveis, as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste contrato, observados o devido processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA FISCALIZAÇÃO:

12.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Sr., conforme Portaria nº/202...., fiscal do contrato, representante da Administração especialmente designado conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. Na hipótese da contratação de terceiros prevista no item 12.1 desta Cláusula, deverão ser observadas as seguintes regras:

a. a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

b. a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

12.6. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

12.7. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

12.8. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.8.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

12.9. O CONTRATANTE terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

12.9.1. Concluída a instrução do requerimento, o CONTRATANTE terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.10. Eventuais deficiências ou anormalidades constatadas por ocasião do acompanhamento e fiscalização deverão ser registradas.

12.11. O CONTRATANTE poderá determinar a suspensão do fornecimento, quando constatada irregularidade na execução do objeto, descumprimento das condições contratuais ou situação que possa comprometer a qualidade, a segurança ou a adequada execução do fornecimento.

12.12. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeira na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções.

12.13. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO DO CONTRATO:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

14.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

14.2. A extinção do contrato poderá ser:

- a. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do CONTRATANTE;
- c. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.3. A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.4. A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência.

14.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a. Levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Apuração de indenizações e multas.

14.6. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente nas hipóteses previstas no art. 137, §2º, com as consequências previstas no art. 138, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS VEDAÇÕES:

15.1. É vedado a CONTRATADA:

15.1.1. caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. interromper o fornecimento, sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA:

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES:

17.1. Conforme previsto no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A sanção prevista no inciso I do subitem 17.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do subitem 17.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.5. A sanção de multa prevista no inciso II do subitem 17.2 será aplicada, conforme a natureza e a gravidade da infração, nos seguintes percentuais, observados os limites previstos no art. 156, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela, item ou obrigação em atraso, limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento), sem prejuízo da possibilidade de rescisão/extinção contratual quando o atraso comprometer a finalidade da contratação;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela ou obrigação inadimplida, na hipótese de inexecução parcial de menor gravidade, quando o descumprimento não comprometer substancialmente a execução do objeto nem causar prejuízo relevante à Administração;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela ou obrigação inadimplida, na hipótese de inexecução parcial que cause prejuízo à Administração, comprometa a regular execução do objeto ou exija providências adicionais para sua correção ou substituição;

d) 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese de recusa injustificada em cumprir obrigação contratual relevante, não atendimento de determinação da fiscalização, atraso grave ou reiterado ou descumprimento que comprometa significativamente a execução do objeto;

e) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese de inexecução total do objeto, abandono da execução ou recusa injustificada em iniciar ou concluir o fornecimento ou a prestação contratada;

f) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, quando o adjudicatário, sem justificativa aceita pela Administração, não celebrar o contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, após regularmente convocado;

g) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, quando o licitante ou contratado não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e comprovado;

h) 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da contratação, quando houver apresentação de declaração ou documentação falsa, informação falsa relevante ou prática destinada a induzir a Administração em erro, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

i) 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, nas hipóteses de fraude à licitação ou à execução do contrato, comportamento inidôneo, prática de atos ilícitos destinados a frustrar os objetivos da licitação ou prática de ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas e das responsabilidades civil e penal cabíveis.

17.5.1. Para fins de aplicação das multas previstas neste item, considera-se como base de cálculo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA

a) o valor da parcela, item ou obrigação efetivamente inadimplida, quando a infração puder ser individualizada e não comprometer a contratação em sua integralidade; ou

b) o valor total da contratação, quando se tratar de inexecução total, abandono, recusa de contratação ou infração que comprometa a execução global do objeto.

17.5.2. As multas moratória e compensatória não serão cumuladas em relação ao mesmo fato gerador, devendo, quando o atraso se converter em inexecução parcial ou total, ser aplicada a penalidade correspondente à infração mais grave, com abatimento dos valores eventualmente já aplicados pelo mesmo fato.

17.5.3. A definição da penalidade observará, além dos percentuais objetivos estabelecidos neste item, a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.5.4. A aplicação da multa não impede a Administração de promover a extinção do contrato, exigir a reparação integral dos prejuízos causados e aplicar, mediante processo administrativo próprio, as demais sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

17.6. A sanção prevista no inciso III do subitem 17.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 17.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.7. A sanção prevista no inciso IV do subitem 17.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 17.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 17.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.7.1. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e, quando aplicada por órgão do Poder Executivo Municipal, será de competência exclusiva do Secretário Municipal competente, nos termos do art. 156, §6º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 17.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, conforme o caso.

17.10. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS:

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, com fundamento nas disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

19.1. As partes contratantes comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, especialmente a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA**

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

20.1. As partes comprometem-se a observar a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tratando os dados pessoais exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução deste contrato.

20.2. A CONTRATADA deverá adotar medidas adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e demais situações de tratamento inadequado ou ilícito, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS:

21.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

21.2. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados do contratado, cabe a ele resolver imediatamente a pendência.

21.3. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.

21.4. A eficácia do presente contrato fica condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contado de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais publicações exigidas pela legislação ou regulamentação municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Sarandi/RS para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução deste contrato que não possam ser solucionadas administrativamente, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Barra Funda/RS,.....de.....de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS INSTRUMENTAIS:

1) _____
NOME:
CPF:

2) _____
NOME:
CPF: